

Gestão na prática pedagógica da educação para todos: educação especial de pessoas com deficiência

Management in pedagogical practice of education for all: special education of people with disabilities

ROCHA, Thiago Caldas¹

Resumo

O presente artigo propõe analisar o processo de inclusão quanto a prática pedagógica na atualidade, voltada para a educação para todos, com o foco no cumprimento da formação continuada dos docentes voltada para as pessoas com deficiência tanto em sala de aula regular quanto em Sala de Recursos Multifuncionais-SRM. O objetivo geral buscar destacar a importância na formação do professor auxiliar para o uso dos recursos acessíveis no processo de ensino e aprendizagem e a relação, destes recursos, na prática pedagógica e inclusiva da pessoa com deficiência. Buscamos, salientar a inserção de meios que proporcionem a acessibilidade com a Tecnologia Assistiva e identificar a necessidade de medidas inclusivas e de equidade, onde discentes participem efetivamente da inclusão. Para execução do presente artigo no uso metodológico fez-se necessário a identificação e prestação do executor, no atendimento com os envolvidos na educação, articulação acadêmica com recursos, do diálogo com a gestores, professores, auxiliares, alunos e apoio em unidades de ensino, utilização de dados bibliográficos para melhor desenvolver o estudo qualitativo. Não obstante a isso, o estudo observou a importância na utilização de variados recursos didáticos de acessibilidade, na prática do professor e do professor auxiliar como ferramenta importante para facilitar a aprendizagem dos alunos, fazendo jus ao princípio de equidade.

Palavras-Chave: Processo de Inclusão; docentes; prática pedagógica; acessibilidade.

Abstract

This article aims to analyze the inclusion process in terms of current pedagogical practices, aimed at education for all, with a focus on continuing education for teachers focused on people with disabilities, both in regular classrooms and in Multifunctional Resource Rooms (MRR). The general objective is to highlight the importance of training assistant teachers to use accessible resources in the teaching and learning process and the relationship of these resources to the pedagogical and inclusive practices of people with disabilities. We seek to emphasize the inclusion of means that provide accessibility with Assistive Technology and identify the need for inclusive and equitable measures, where students effectively participate in inclusion. In order to implement this article in its methodological use, it was necessary to identify and be prompt in the work of the executor, in serving those involved in education, academic articulation with resources, dialogue with managers, teachers, assistants, students and support in teaching units, and use of bibliographic data to better develop the qualitative study. Despite this, the study observed the importance of using various accessibility teaching resources in the practice of teachers and assistant teachers as an important tool to facilitate student learning, in accordance with the principle of equity.

Keywords: Inclusion Process. Teachers. Pedagogical Practice. Accessibility.

¹ Graduado em Pedagogia pela Universidade Tiradentes-UNIT (2013). Bacharel em Direito pela UNEAL. Especialização em Psicopedagogia e Educação Inclusiva pela UNIT. Servidor público municipal e estadual na Barra de São Miguel/AL como professor da educação especial E-mail: thiago.caldas@professor.educ.al.gov.br

Introdução

A relevância da realização do presente artigo propõe analisar o processo de inclusão quanto a gestão da prática pedagógica na atualidade, visando a educação para todos, verificando o cumprimento da formação continuada dos docentes aptos a receberem pessoas com deficiência tanto em sala de aula regular quanto em Sala de Recursos Multifuncionais-SRM, observando as dificuldades que o professor e o professor auxiliar enfrentam pela falta de recursos pedagógicos na educação, de modo a salientar que os recursos didático-pedagógicos são fundamentais e a adequação de sua utilização proporcionam estímulos entre os envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem, e que o seu processo de formação será fundamental para utilizar-se da criatividade na ausência dos supracitados recursos, sabendo que estes devem ser disponibilizados nas práticas de sala de aula, tornando o ensino uma modalidade prazerosa e competente de se trabalhar e proporcionar a Educação Especial e a acessibilidade com base no Plano Nacional de Educação-PNE.

Justifica-se a pesquisa devido às dificuldades material e cultural enfrentadas pelos docentes no âmbito educacional para efetivação da Educação Especial, em sua formação continuada, de estimular discentes no âmbito educativo do processo de inclusão da pessoa com deficiência, bem como na falta de recursos para as ações do plano de aula e do plano de desenvolvimento individual no Atendimento Educacional Especializado-AEE em observância do comportamento e da necessidade de se moldar as exigências sociais e de acessibilidade que nos são impostas, visto que incluir sempre se faz preciso diante das mudanças advindas do mundo globalizado em que vivemos, onde o desenvolvimento da aprendizagem torna-se fundamental tanto para o crescimento pessoal quanto profissional.

Dentro desse contexto, questiona-se: Qual a importância que os recursos didáticos, como processo criativo, proporcionam ao ensino e aprendizagem, na prática da gestão pedagógica inclusiva? A formação continuada docente em sua prática contemporânea tem proporcionado melhoria no processo de ensino e aprendizagem através dos recursos tecnológicos de acessibilidade? Quais as metodologias que o educador pode inserir em sua atividade diária e contínua, na análise do comportamento, para dirimir barreiras e estimular os discentes, em suas diferenças, estar participativo nas aulas?

Dentro do que se propõe alcançar, observa-se como objetivo geral, destacar a importância da formação docente, do professor auxiliar, e uso dos recursos acessíveis para o processo de ensino e aprendizagem. Destaca-se a relação com a prática da gestão pedagógica e inclusiva da pessoa com deficiência. No processo de análise buscamos, identificar se os recursos tecnológicos e lúdicos

proporcionam melhoria, na prática do professor auxiliar para a inclusão e salientar a importância da inserção de meios que proporcionem a acessibilidade com a Tecnologia Assistiva para dirimir barreiras no âmbito educacional com medidas inclusivas e de equidade.

Ensejando alcançar os objetivos necessários, torna-se fundamental a utilização dos recursos pedagógicos enquanto ferramenta educativa eficaz para prática docente e de pesquisa, quando esta é advinda de criatividade educacional especial na perspectiva da educação inclusiva.

Para execução do presente artigo para o uso metodológico fez-se necessária identificação e prestação, por parte do executor, no atendimento com os envolvidos na educação, articulação acadêmica, com parceiros e recursos, do diálogo com a gestores, professores, auxiliares, alunos e todo o pessoal de apoio em unidades de ensino, utilização da internet, jornais e livros para levantamento de dados bibliográficos para melhor desenvolver a estrutura do estudo qualitativo.

No que diz respeito ao levantamento de informações, é importante coletar dados em relação à comunidade, as escolas, aos alunos, aos professores e aos profissionais que trabalham com os discentes públicos salvo da educação especial (deficiência física, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação). Os dados são coletados, num modo geral, com procedimentos e bases quantitativos e qualitativos como a análise de documentos, a observação do contexto social, oficina e diálogo.

Os aspectos relevantes ao estudo de caso se dão pela ação, levantamento de informações e análise bibliográfica. Os dados obtidos e fundamentados num referencial teórico referem-se a análise, para poder atribuir graus de importância, na identificação de importâncias do caso específico na educação especial. Não obstante a isso, para descrever o caso, se fez necessário a revisão bibliográfica da pesquisa e o reforço argumentativo em campo.

Visando uma representação singular da realidade, é fundamental a importância na utilização de análises que sejam reconhecidas no campo do conhecimento, para haver novas descobertas na apresentação de procedimentos fundamentais.

Diante do exposto, as ações pretendidas foram a estruturação do planejamento do artigo para melhor executar e elaborar o texto, organizar palestras de conscientização a formação docente e inclusão da pessoa com deficiência, mobilizar os recursos como processo criativo na relação pedagógica e acessibilidade, realizar propostas mais eficientes nas ações do docente em sala de aula e em Sala de Recursos Multifuncionais, realizar diagnóstico bibliográfico e de campo, coletar e analisar as informações básicas disponíveis por meio de entrevista, realizar visitas de reconhecimento de campo, realizar oficinas para compor o diagnóstico do artigo, apontando os aspectos principais.

Desenvolvimento

No que compete a educação inclusiva, o processo especial de educação é fundamentado como uma modalidade de ensino transversal que engloba todos os níveis de ensino, assim como em suas etapas e modalidades, onde há a disponibilização de recursos pedagógicos para o efetivo Atendimento Educacional Especializado-AEE nas Salas de Recursos Multifuncionais-SRM para desenvolver o trabalho complementar e/ou suplementar à formação dos discentes públicos, alvo da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Observa-se no texto da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008, p.15) que o Atendimento Educacional Especializado tem em sua definição a supracitada função de modo complementar e/ou suplementar o processo de ensino e de aprendizagem para melhor gerir a formação dos discentes, valendo salientar que “o Atendimento Educacional Especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas”.

Diante do exposto, observa-se que a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência-LBI (2015), em seu artigo 27 diz que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado no sistema educacional inclusivo, em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, para alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

A supracitada Lei ainda menciona em seu artigo 28 que incube ao poder público a garantia da inclusão da pessoa com deficiência no âmbito educacional, para assegurar, criar, desenvolver, implantar, incentivar, acompanhar e avaliar seu processo em garantia da LBI conforme os seguintes parágrafos:

- I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;
- II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;
- III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;
- IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas;
- V - adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;

VI - pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva;

VII - planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva;

VIII - participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar;

IX - adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência;

X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;

XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;

XII - oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação;

XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;

XIV - inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento;

XV - acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar;

XVI - acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino;

XVII - oferta de profissionais de apoio escolar;

XVIII - articulação intersetorial na implementação de políticas públicas.

§ 1º Às instituições privadas, de qualquer nível e modalidade de ensino, aplica-se obrigatoriamente o disposto nos incisos I, II, III, V, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII e XVIII do **caput** deste artigo, sendo vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas no cumprimento dessas determinações.

§ 2º Na disponibilização de tradutores e intérpretes da Libras a que se refere o inciso XI do **caput** deste artigo, deve-se observar o seguinte:

I - os tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica devem, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras;

II - os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras.

Como observado, a inclusão da pessoa com deficiência deve ser garantida pelo poder público, pois além da LBI (2015), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (1996) diz que, assim como o ensino regular, a Educação Inclusiva É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade, de forma a assegurar uma educação de qualidade e acessível por meio da inclusão da pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação, estando assim inserida no meio e participando desse princípio de equidade no gozo de seus direitos enquanto cidadão brasileiro.

Dessa forma, a prática pedagógica do professor é composta de inúmeros constituintes internos no sistema educacional, assim como a estrutura física, organizacional e governamental, sendo fundamental uma maior efetivação da gestão no cumprimento da prática pedagógica para a garantia da formação continuada profissional de modo a gerir o acesso na educação especial. Além da metodologia de ensino, dos recursos didáticos e material da comunidade escolar, onde na realidade o docente tem se deparado com problemas advindos da falta de recursos pedagógicos e formação continuada na adequação do cumprimento da inclusão, valendo salientar que a ausência de materiais didáticos torna viável a precariedade para o desenvolvimento do planejamento na prática educativa da sala de aula regular e do AEE até em ambientes que proporcionem uma boa estrutura física.

No processo de ensino e aprendizagem é notório que a didática e a concepção pedagógica é fundamental na mediação de atividades entre os objetos de ensino e os conteúdos ministrados pelos professores, abrangendo diversos componentes desse processo. Todos esses componentes aparecem na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2018), pois eles orientam a didática da organização dos conteúdos, dos objetivos da prática de ensino e dos processos avaliativos em caráter normativos.

Para Souza (2007), os materiais pedagógicos utilizados no processo de educacional como auxílio do conteúdo proposto é definido como recurso didático. Para esta autora:

Utilizar recursos didáticos pedagógicos no processo de ensino e da aprendizagem é de suma importância para que o discente assimile o conteúdo trabalhado, para que sua criatividade seja desenvolvida, além da sua coordenação motora e habilidade de manipular diversos objetos que poderão ser utilizados pelo docente na ministração de suas aulas. (SOUZA, 2007, p. 112-113).

Segundo ainda SOUZA (2007, p. 113), “O uso de recursos didáticos deve servir de auxílio para que no futuro os alunos aprofundem, apliquem seus conhecimentos e produzam outros conhecimentos a partir desses”. O docente e auxiliar de dar ênfase ao conteúdo que está sendo ministrado, para que isso ocorra, mostrando para o aluno aplicações práticas do conteúdo em seu cotidiano, para que o mesmo possa interferir em seu ambiente de forma consciente e positiva, na caracterização de uma aprendizagem com significado na perspectiva científica.

Os novos conhecimentos educacionais tornam-se importantes no contexto atual, compreendendo a oferta de recursos pedagógicos como elementos indispensáveis para o processo de ensino e de aprendizagem na educação inclusiva. Com estímulos incentivadores à implantação dos recursos tecnológicos disponíveis para a acessibilidade, o Ministério da Educação estabeleceu no ano de 1996, nos Parâmetros Curriculares Nacionais, projetos voltados para a área das comunicações.

Na prática da educação especial e inclusiva se faz necessário a adesão ao uso da Tecnologia Assistiva para o desenvolvimento com o atendimento das múltiplas deficiências de modo a organizar e atender cada necessidade no que compete a especificidade do aluno através do Atendimento Educacional Especializado para haver acessibilidade no planejamento educacional geral, individual

e familiar em um âmbito com menos barreiras para a pessoa com deficiência, para assegurar a prática, assim como o Planejamento do Desenvolvimento Individual-PDI para cada necessidade trabalhada nos discentes, visando a participação de todos os envolvidos no processo da educação especial na perspectiva da educação inclusiva de forma complementar e suplementar, utilizando números, cores, letras, materiais reutilizáveis e desenhos, dentre outros propostos em Sala de Recursos Multifuncionais-SRM e em sala de aula regular comum.

Segundo Vygotsky (1991, p.45), “a prática lúdica é proporcionada pelos jogos e brincadeira, tornando assim ingredientes primordiais para o aprendizado”. O citado autor atribui a ludicidade um importante papel ao ato de brincar no pensamento da criança, para isso se faz necessário a tecnologia assistiva para se alcançar a equidade no âmbito educacional. O respectivo autor torna relevante que: “na brincadeira o discente reproduz o discurso externo e o internaliza, construindo seu próprio pensamento”.

Para serem alcançados os objetivos pretendidos nos planos de aula e no Plano de Desenvolvimento Individual é fundamental que o professor insira meios inovadores na falta de recursos pedagógicos, analisando o comportamento, pois eles são imprescindíveis para a culminância da prática na gestão pedagógica do educador. Dessa forma, os recursos pedagógicos proporcionam o desempenho de inúmeros benefícios, mas muitos docentes deixam de explorar os recursos pela falta deles no ambiente escolar e até mesmo pela falta de formação continuada que dificulta o conhecimento dos objetivos pedagógicos dos recursos e as especificidades de cada discente com deficiência, desencadeando, assim dificuldades para a didática adequada. A falta de confiança gerada pelo medo de inovar e até pela falta de oportunidade da formação continuada, faz com que, o recurso para as aulas, seja exclusivamente, o livro didático, com a pedagogia tradicional do sistema de ensino.

Na perspectiva de superar esse comodismo visto no sistema educacional brasileiro, SOUZA (2007, p. 111) afirma que se faz necessário a formação e competência para o docente ter maior afinidade ao utilizar os recursos didáticos e pedagógicos disponíveis de forma criativa e inovadora. Para tanto, o citado autor ainda afirma que:

O uso de recursos didáticos no ensino escolar deve ser sempre acompanhado de uma reflexão pedagógica quanto a sua verdadeira utilidade no processo de ensino e aprendizagem para alcançar o objetivo proposto para um determinado aluno e sua deficiência. Não se pode perder em teorias, mas também não se deve utilizar qualquer recurso didático por si só sem que haja os objetivos claros. (SOUZA, 2007, p.113).

Na promoção de uma aprendizagem significativa, de equidade e inclusiva, com a utilização dos recursos pedagógicos da tecnologia assistiva, se torna necessário, que o docente, esteja capacitado, preparado, e que tenha criatividade na exploração de tais recursos, material e cultural,

que estão ao seu alcance, objetivando que o mesmo aproveite todos os benefícios proporcionados em sua prática enquanto educador.

A contemporaneidade é marcada por grandes desafios no âmbito educacional com as tecnologias da informação e comunicação, que apresenta aos docentes dificuldades em sua prática, tanto pela falta dos recursos pedagógicos, quanto pelo crescente avanço tecnológico advindo das transformações culturais e sociais que se fazem presentes em suas práticas, pois os educadores, além de mediadores do conhecimento, devem estar aptos à inovação e criatividade. “Aprender não é de modo nenhum manejar certezas, mas trabalhar com inteligência as incertezas, porquanto, sendo função vital, tão vital que se confunde com a vida, não poderia fantasiar propostas contraditórias com a criatividade e com a fragilidade da vida”. (DEMO, 2000, p. 11).

Os recursos tecnológicos ao ser inseridos refletidos, como recurso cultural, nas escolas ajudam na compreensão da relação dos indivíduos com a sociedade e na melhoria do processo de aprendizagem, com isso há a melhoria, na prática docente, e proporciona mudanças que se fazem necessárias para a acessibilidade da educação inclusiva. Atualmente os educadores se utilizam desses recursos, mas para isso se torna necessário o compromisso constante na forma de como eles podem contribuir para o ensino e ajudar no aprendizado e na inclusão. Dessa forma, as tecnologias são consideradas instrumentos que auxiliam o trabalho do educador e desperta o interesse do educando pelo conteúdo trabalhado. A falta dos recursos pedagógicos voltados para a tecnologia assistiva, causa fragilidade no trabalho do professor, para tanto, se faz necessário o aparelhamento dos laboratórios escolares e da Sala de Recursos Multifuncionais-SRM, e que os professores estejam habilitados para utilizarem e trabalharem com esses equipamentos de forma acessível com os alunos com deficiência, visto que, tais recursos proporcionam melhoria na qualidade e no estímulo do ensino mais acessível.

Libâneo (1996, p. 39) afirma que “a função principal da pedagogia dos conteúdos está um passo a frente no processo de transformação e inovação como base fundamental da escola, a partir de condições existentes”. Dessa forma, o professor enquanto ser criativo, na inserção de meios inovadores, é um elemento considerado importante para o bom funcionamento efetivo do contexto educacional e social de forma acessível, pois é o docente quem faz aflorar a criatividade e curiosidade, fazendo cumprir a participação de todos os discentes nas atividades propostas, na promoção de consideráveis mudanças no processo educacional, visando o êxito do ensino e da aprendizagem, na exclusão de dificuldades advindas da ausência dos recursos didáticos-pedagógicos.

Transpondo as dificuldades enfrentadas pelo professor, o mesmo deve por métodos criativos, utilizar-se de meios inovadores, assim como a Tecnologia Assistiva, para gerir situações que não atrapalhem o êxito da aula e da inclusão, potencializando suas habilidades e desenvolvendo novos recursos pedagógicos tanto em sala de aula regular, tanto quanto em Sala de Recursos Multifuncionais

através do Atendimento Educacional Especializado. Por isso, o educador deve utilizar mecanismo didático adequado que condicione o desenvolvimento de habilidades cognitivas e afetivas acessíveis, assim como técnicas que leve o aprendiz a atender a capacidade de aprendizado e conquistar a autonomia para pensar e criar.

O atendimento constitui oferta obrigatória pelos sistemas de ensino para apoiar o desenvolvimento dos alunos público alvo da educação especial, em todas as etapas, níveis e modalidades, ao longo de todo o processo de escolarização. O ingresso ao Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos Multifuncionais constitui direito do aluno público alvo do AEE (deficientes físico, transtorno global do desenvolvimento, e altas habilidades/superdotação), cabendo à escola orientar a família e o aluno quanto à importância da participação nesse segmento.

Para que houvesse a implementação do Decreto nº 6.571/2008, assim como a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, no art. 1º, observa-se que estabelece o público alvo dos discentes para a educação especial na efetivação de matrícula no sistema de ensino em salas de aula comuns da educação básica para o ensino regular com o Atendimento Educacional Especializado-AEE nas Salas de Recursos Multifuncionais-SRM em instituições comunitárias, na rede pública de ensino, nas confessionais ou filantrópicas, definindo assim em seu art. 4º como público alvo do AEE:

- I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial;
- II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação;
- III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas de conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

Não se pode deixar de considerar a diversidade da turma para que a aprendizagem da pessoa com deficiência se torne significativa, visto que a aplicação de um determinado tipo de recurso didático-pedagógico atinge os objetivos educacionais propostos em uma dada situação e em outra situação, o resultado pode não ser o mesmo devido à especificidade de cada discente assistido. Surge então, a necessidade do docente conhecer e trabalhar com uma variedade de propostas, observando e desenvolvendo planejamento individual, para superar dificuldades advindas da falta de recursos pedagógicos, pois a importante utilização dos mesmos leva o educador a alcançar diversas possibilidades de estímulos e limitações em geral de uma turma, e em particular, de uma escola, fazendo necessário que o professor conheça o aluno em suas limitações para que se trabalhe o aprimoramento naquilo que limita o aluno em suas habilidades, para que a escolha do recurso proposto seja adequada ao perfil da turma de forma inclusiva. Devido à importância dos recursos

didáticos para o processo de ensino e aprendizagem eficaz, faz-se necessário conhecer algumas de suas funções que são: a orientação da aprendizagem, a motivação, o fornecimento de informações, o exercício de habilidades, a avaliação, o fornecimento de simulação, do ambiente de expressão, e da criação, observando sempre o comportamento para o bom trabalho da lateralidade, coordenação, capacidade cognitiva, espaço, tempo e psicossocial.

Vale salientar também que a valorização do contato do discente com o material didático se faz necessário para gerar participação de interesse na aprendizagem e de integração entre os colegas, na visão que eles podem através da prática didática discutir suas ideias e expô-las ao grupo no qual está inserido, proporcionando a interação social de forma coletiva em sala de aula. Não resta dúvida que os recursos pedagógicos desempenham grande importância para o processo de ensino e aprendizagem, principalmente no processo de inclusão com o princípio da equidade, proporcionando qualidade por meio da Tecnologia Assistiva, na prática do professor e extinguindo dificuldades e barreiras no desenvolvimento do planejamento da prática da gestão pedagógica.

Considerações Finais

O objetivo proposto de buscar destacar a importância na formação do professor auxiliar para o uso dos recursos acessíveis no processo de ensino e aprendizagem e a relação, destes recursos, na prática pedagógica e inclusiva da pessoa com deficiência, aponta algumas considerações expostas a seguir.

O uso dos recursos didáticos no espaço escolar deve ser visto como processo criativo na relação pedagógica, que condiciona a acessibilidade e melhoria no processo de aprendizagem à medida que facilita o conhecimento e estimula a interação entre os envolvidos e o docente em sua contínua formação, bem como contribui ao discente sentir-se incluído a aprender em razão do estímulo proporcionado com o uso de recursos adaptados por meio da Tecnologia Assistida para educação especial.

Falar de educação para todos é remeter a um estudo sistemático e contínuo, a fim de garantir o aprimoramento de conhecimentos já estabelecidos e efetivação de prática, visando de forma equilibrada a educação no contexto atual, para que a equidade deva imperar como importante princípio, condicionando que este seja consolidado de forma jurídica, fazendo cumprir documentos legais para a educação inclusiva com acessibilidade e Atendimento Educacional Especializado em Salas de Recursos Multifuncionais.

Não obstante a isso, o estudo observou a importância na utilização de variados recursos didáticos de acessibilidade na prática do professor e do professor auxiliar como ferramenta importante

para facilitar a aprendizagem dos alunos, fazendo jus ao princípio de equidade, assim como o fundamental da gestão na formação continuada profissional. A educação tem enfrentado inúmeros desafios e conflitos diante de uma sociedade por conta das constantes mudanças de ensino, de modo a analisar em campo tais mudanças e cumprimento legal da inclusão como processo de construção de uma educação menos desigual. Os desafios mostram que os problemas enfrentados pelos professores e alunos não são recentes, talvez isso aconteça por conta da não valorização da educação especial e inclusiva como possibilidades de construção de sujeitos críticos, participativos e com melhores condições intelectuais em suas especificidades.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018;

DEMO, Pedro. **Conhecer e aprender: sabedoria dos limites e desafios**. Porto Alegre, RS: ArtMed, 2000;

LIBÂNEO, José. C. **Pedagogia, Ciência da Educação?** In: Pimenta, Selma G. (org.). São Paulo; Cortez, 1996;

OLIVEIRA, João Batista Araújo e. **Perspectiva da Tecnologia Educacional**. São Paulo: Pioneira, 1977, 232 pp;

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia Científica**. Coautoras: Hortência de Abreu Gonçalves, Maria Balbina de Carvalho Menezes, Maria de Fátima Nascimento. 4. ed. rev. e ampl. – Aracaju : UNIT, 2011;

SOUZA, S. E. **O uso de recursos didáticos no ensino escolar**. I Encontro de pesquisa em educação, IV Jornada de prática de ensino. XIII Semana de pedagogia da UEM: “Infância e práticas educativas”. Maringá, PR, 2007;

VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991;

DECRETO Nº 6.571, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2008/decreto-6571-17-setembro-2008-580775-publicacaooriginal-103645-pe.html>>. Acessado em 15/10/2020;

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO-PNE. Ministério da Educação-MEC. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/>>. Acessado em: 10/10/2021;

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acessado em: 15/10/2021;

LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acessado em: 15/10/2021;

